

## SAÚDE

# POLÊMICA SOBRE VACINAÇÃO DISPARA ONDA DE DENÚNCIAS

Defesa da desobrigação de imunização de alunos da rede estadual é questionada no MP e STF, enquanto especialista aponta risco de discurso facilitar a volta de doenças ao país

JUAREZ RODRIGUES/EM/D.A PRESS - 17/1/22

CLARA MARIZ

A falta de vacinação infantil pode trazer de volta doenças ao cenário nacional doenças que já haviam sido praticamente extintas no país, afirmam especialistas. O tema veio à tona depois da fala do governador Romeu Zema (Novo) a respeito da desobrigação da vacinação para crianças que estudam na rede estadual de ensino, no último domingo, que tem tido uma repercussão negativa. O anúncio virou alvo de notas de repúdio e denúncias enviadas ao Ministério Público de Minas Gerais e ao Supremo Tribunal Federal (STF). Ontem, o Conselho Estadual de Saúde (CES-MG) afirmou que o posicionamento do chefe do Executivo mineiro contraria o Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Ministério da Saúde, e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo o documento, a declaração foi “irresponsável” ao não especificar se a medida é válida apenas para a vacinação contra a COVID-19, amplamente atacada por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e demais líderes da extrema direita, ou se vai incluir todo o calendário básico de imunização infantil. “Atitudes como essa estimulam a negligência das famílias em relação à proteção de suas crianças. O governador desconsidera os esforços no último ano tanto do governo federal quanto de entidades de saúde pública, para reverter a desinformação, o negacionismo científico e os efeitos nefastos que essa narrativa impôs ao Brasil”, diz o Conselho.

Ao Estado de Minas, a presidente do CES-MG, Lourdes Machado, enfatizou que a fala de Zema contraria, inclusive, os esforços da Secretaria de Estado de Saúde, que tem empenhado campanhas de imunização das escolas. “Quem faz a gestão do estado é o governador, e a fala dele tem um peso muito grande. Sabemos que algumas famílias são negligentes quanto à vacinação e esse posicionamento acaba endossando esse pensamento.”

Na nota, o Conselho solicitou que o governador faça uma retratação formal “assumindo a postura de um político comprometido com a garantia dos direitos à saúde para a população”. Além disso, após o carnaval, o órgão vai registrar uma denúncia no Ministério Público de Minas Gerais.

As declarações de Zema foram feitas em um vídeo publicado nas redes sociais. Ao lado do deputado federal Nikolas Ferreira (PL) e do senador Cleitinho Azevedo (Republicanos), o governador afirmou que crianças e adolescentes poderão ser matriculados “independente



PROFISSIONAL DE SAÚDE MANIPULA DOSE DE VACINA INFANTIL: CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE TEME QUE POSICIONAMENTO DO CHEFE DO EXECUTIVO ESTIMULE O “NEGACIONISMO CIENTÍFICO”

**“Todas aquelas doenças comuns da infância, que já estavam praticamente extintas, como a poliomielite e o sarampo, podem voltar a acontecer”**

●●●●  
**ESTEVÃO URBANO**  
Epidemiologista

de ter ou não vacinado”. As falas não deixaram claro se a medida seria válida apenas para os imunizantes contra a COVID-19, ou para todo o calendário básico de vacinação. Apesar disso, em janeiro, o governo de Minas já havia se posicionado a favor da não obrigatoriedade de se apresentar, na volta às aulas, comprovação de vacinação contra a COVID, especificamente.

“A vacinação (contra a COVID-19) não é obrigatória, não é compulsória. O Brasil adotou vacinação como não obrigatória. Então, ela não vai ser algo impeditivo de uma coisa tão essencial que é a aula, mas a nossa insistência aos pais e responsáveis é que a vacina

é uma proteção individual e da família muito importante”, declarou à época o secretário de Estado de Saúde, Fábio Baccheretti, em janeiro de 2022.

## PIRIGO

Na segunda-feira, a deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT) protocolou denúncia no Ministério Público contra o chefe do Executivo mineiro. Ontem, o órgão afirmou que o documento foi encaminhado para a Assessoria Especial da Procuradoria-Geral de Justiça, onde está sendo analisado. Para a petista, as falas de Zema vão contra o Estatuto da Criança e do Adolescente, que torna a imunização obrigatória. Na denúncia, a deputada destaca a redução da taxa de cobertura vacinal no Brasil desde o início da pandemia da COVID-19, quando ocorreram campanhas antivacinação.

Ontem, as deputadas Bella Gonçalves, Célia Xakriabá, Iza Lourença – do PSOL – protocolaram um pedido no Superior Tribunal Federal para que Zema, “em prazo não superior a 24 horas” remova o vídeo de seu Instagram, sob pena de multa “não inferior” a R\$ 5 mil. Além do governador, também foram incluídos o senador Cleitinho e o deputado Nikolas Ferreira.

A reportagem procurou o governador Romeu Zema, o deputado Nikolas Ferreira e o senador Cleitinho, por meio de suas assessorias, para que se posicionassem a respeito das denúncias. Mas até o fechamento desta edição

não houve resposta. Sobre a repercussão do vídeo, ao Estado de Minas, o senador afirmou ser a favor das vacinas, desde que a decisão individual e não do Estado.

“É um tema que divide. Tem pessoas que acham que não tem que ser obrigatório e outras que não. Eu sempre vou me posicionar, tenho várias demandas aqui de eleitores e apoiadores que pensam como eu, que temos que preservar a liberdade. Eu sou a favor de ser opcional (...). Que fique bem claro o que eu estou falando. Sou a favor das vacinas. E essa questão é com a vacina da COVID”, afirmou Cleitinho Azevedo.

Ainda ontem, em Brasília para receber uma medalha na Câmara dos Deputados, o governador voltou a defender que crianças possam frequentar o ensino público estadual mesmo sem estarem em dia com o cartão de vacinação. Em entrevista à “CNN Brasil”, o chefe do Executivo mineiro ressaltou que o direito de frequentar a escola é inquestionável e a educação pode ajudar a criança a escolher sobre a vacinação.

“Toda criança tem direito de frequentar a escola, é inquestionável. Com isso, vai ter uma alimentação, uma merenda boa, vai ter boas escolas. Vai, principalmente, aprender ciência, para que no futuro ela tenha condições. Diferente do que já aconteceu no passado, queremos que ela venha decidir se quer ou não ser vacinada”, disse. Questionado pela CNN se o posicionamento pode deixar as crianças mais vulneráveis, Zema disse: “Sou totalmente contrário a medidas impositivas, sou totalmente favorável à conscientização”.

## CONSEQUÊNCIA

Apesar da individualidade citada pelo político, a não vacinação de crianças e adolescentes pode trazer à tona doenças que já haviam sido, praticamente, extintas no país. Para o epidemiologista Estevão Urbano essa é a principal consequência de medidas que visam a desobrigação da imunização. “A criança não tem condição de decidir por si só, então isso recai sobre os pais. E como estamos vivendo uma onda antivacina, que teve um pico durante a pandemia da COVID, a fala de uma pessoa muito representativa, como o governador, pode, de certa forma, ser interpretada como um apoio a essas pautas. E a consequência é essa, nós podemos voltar a ter problemas que já estavam controlados. Todas aquelas doenças comuns da infância, que já estavam praticamente extintas, como a poliomielite e o sarampo, podem voltar”. ■